

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FEIRA HIPPIE DE BELO HORIZONTE¹

Alexandre de Pádua Carrieri*
Luiz Alex Silva Saraiva**
Thiago Duarte Pimentel***

RESUMO

O objetivo neste artigo é analisar o processo de institucionalização da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades, popularmente conhecida como Feira Hippie de Belo Horizonte. A análise foi feita de forma longitudinal, com foco particular na identidade, e baseada na teoria institucional. A estratégia de pesquisa, de cunho qualitativo, articulou como métodos principais o estudo multi-casos e o método biográfico (história de vida), tendo os dados sido coletados por meio de entrevistas em profundidade baseadas em roteiros semi-estruturados. A amostragem se baseou em um critério não probabilístico intencional, com foco na antiguidade dos entrevistados na Feira Hippie. Os dados foram tratados usando a análise do discurso, adequada a recortes longitudinais. Os resultados revelam a influência do poder público (isomorfismo coercitivo) sobre o campo nestes quase 40 anos de Feira Hippie, embora tenha havido fases em que outros tipos de isomorfismo emergiram com maior força. Conclui-se que a legitimidade de organizações não ortodoxas como esta pode se submeter a critérios ortodoxos, como a legislação, à medida que os atores não delimitam seu território claramente, o que dá margem a que trabalhos com foco simbólico possam ser desenvolvidos para analisar como os indivíduos se posicionam dentro dos campos institucionalizados.

ABSTRACT

In this paper we deal with the analysis of institutionalization process of Art, Craftmanship, Variety Productors Fair, popularly known as Hippie Fair of Belo Horizonte city (Brazil), what we made, focusing particularly identity, using institutional theory with a longitudinal approach. Research strategy adopted, a qualitative one, articulated as main methods multi-case study and biographic method (life history). Data were collected thorough interviews in depth based in semi-structured scripts. Sample was based in a intentional and non probabilistic aspects, focusing time that interviewees work at Hippie Fair. Data were collected using discourse analysis, a technique adequated to longitudinal studies. Main results reveal the influence of public administration (coercitive isomorphism) on the field in these almost 40 years of Hippie Fair, although it has had periods in what other kind of isomorphism were stronger. We concluded that the legitimacy of unorthodox organizations like this can be defined for orthodox elements, as legislation, if actor do not delimit clairly their territory. This permit that studies with symbolical approach can be developed to analyse as individuals are positioned inside institutionalized fields.

* Prof. CEPEAD/UFMG

** Prof. FUNCESI, Doutorando pelo CEPEAD/UFMG

*** Mestre CEPEAD/UFMG.

¹ Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa que originou este trabalho.

O objetivo neste artigo é analisar o processo de institucionalização da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades, popularmente conhecida como Feira Hippie de Belo Horizonte. Especificamente, objetivamos discutir a influência e as ações dos diversos atores envolvidos nessa organização no processo de transformação de um espaço originalmente destinado à exposição de arte, em um território no qual interagem diversos atores, tendo como pano de fundo a questão do comércio.

A discussão teórico-empírica se baseia na teoria institucional, já que ela fornece elementos consistentes para a análise longitudinal que se faz neste trabalho. O institucionalismo sustenta este trabalho por colocar nas instituições, mais do que qualquer outro elemento, a análise organizacional. Assim, tomamos como unidade de observação a Feira Hippie desde sua fundação. São quase quarenta anos de uma história marcada por inúmeras e radicais alterações que tiveram por trás – sustentamos – bases institucionais. O dinamismo observado na Feira Hippie é marcado pela sua própria história, escrita a partir das práticas e situações do dia-a-dia dos atores sociais. História que, ao ser observada, revela os mesmos planos e dilemas que a construíram e oportunizaram aos atores organizacionais desenvolverem estratégias de sobrevivência, planos de ação, caminhos para que o negócio sobrevivesse (CARRIERI, 2001); um encadeamento que justifica as estratégias elaboradas como ligadas à manutenção do negócio familiar e da identidade de feirante/artesão/empreendedor.

Ao reconhecer a importância dessas relações, este estudo se apóia nos discursos para evidenciar as estratégias, indo ao encontro das proposições de Reed (1998) sobre a estrutura elucidativa de “narrativas”, que tem por base as análises históricas. Essas narrativas têm aparecido nos estudos organizacionais e providenciado uma “gramática”, a partir da qual estruturas coerentes podem ser construídas. Elas também desenvolvem recursos simbólicos e técnicos, por meio dos quais a natureza das organizações pode ser debatida, além de criar um conjunto comum de textos e falas que mediam os debates entre especialistas e práticos. O foco nas narrativas se justifica, pois, neste trabalho, as estratégias são vistas como resultado de construções sociais (no sentido de BERGER; LUCKMANN, 2005), de negociações entre os atores sociais (organizacionais), resultado da prática diária exercida por esses atores. No caso deste estudo, buscou-se observar o contexto macro do ambiente institucional – focando, por exemplo, a ação do Estado, no caso a Prefeitura de Belo Horizonte; o contexto meso, que seria a própria Feira enquanto uma instituição; e o contexto micro da ação estratégica do feirante na preservação (ou não) de sua identidade enquanto produtor familiar. Segundo Jarzabkowski (2003), nesse último contexto, estão as micro práticas, que podem ser observadas nos discursos, atos, pensamentos e gestos dos atores organizacionais. É preciso, então, relacionar na análise as interações do nível micro aos elementos dos níveis meso e macro, sob uma ótica institucional.

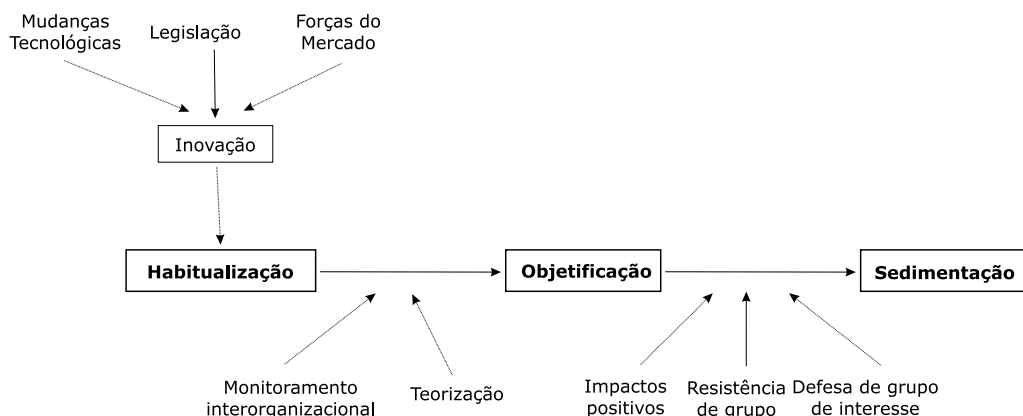
Para discutir tais elementos, este trabalho se organiza da seguinte forma: além desta introdução, são feitas discussões teóricas a partir da perspectiva institucionalista que sustenta o trabalho, tanto como meio de compreensão, quanto como forma de legitimação da realidade. Em um terceiro momento, são apresentados os procedimentos metodológicos levados a cabo para a consecução deste estudo. Na quarta seção, são apresentados, longitudinalmente, os principais períodos da Feira Hippie de forma a demonstrar as múltiplas ações institucionais ocorridas dentro e em torno dessa organização, o que precede as considerações finais.

○ Institucionalismo : a institucionalização da realidade organizacional

A abordagem institucional, de acordo com Fachin e Mendonça (2003, p.29), pode ser tipificada como “uma abordagem simbólico-interpretativa da realidade

organizacional, apresentando uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, em que é salientada a construção da realidade organizacional". Isto implica, nos termos de Berger e Luckmann (2005), que se trata de uma das formas possíveis de se interpretar (e construir) a realidade que nos cerca, o que inclui, evidentemente, o ambiente organizacional. Esses autores, de acordo com Prates (2000), se posicionam em uma corrente de teóricos institucionalistas que tomam a realidade como certa (*taken for granted*) e tratam as instituições basicamente como resultado de processos de interação e de interpretação da realidade. A partir de certa habitualização dos indivíduos com determinado contexto social, este lhes parece algo objetificado, como uma espécie de "coisa" que existe independente de sua vontade. Esse estágio precede a sedimentação de tal perspectiva, ocasião em que já se pode falar em institucionalização, pois um mundo institucional "é experimentado como realidade objetiva" (BERGER; LUCKMANN, 2005, p.86), conforme pode ser visto na figura 1.

Figura 1 – Processos Inerentes à Institucionalização



FONTE: Tolbert e Zucker (1998, p.207).

A realidade objetivada é uma construção humana, imbuída de elevada complexidade porque se constitui em um ambiente caracterizado pela "elaboração e difusão de regras e procedimentos que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual" (FONSECA, 2003, p.55). Como afirma Prates (2000, p.91), embora não haja clareza conceitual no que diz respeito ao que definitivamente são instituições, o termo se refere a "idéia de valores e normas sociais estáveis que impõem restrições a alternativas de ação ou estabelecem 'scripts' e rotinas comportamentais adequadas a contextos específicos de ação social". Sob essa abordagem, portanto, o contexto institucional não é só um ambiente para o intercâmbio de recursos materiais, mas também – talvez, principalmente – "fonte e destino de recursos simbólicos (reconhecimento social e legitimação)" (CARVALHO *et al.*, 2004, p.9)

Esse ambiente em que as organizações interagem se apresenta sob a forma de um campo organizacional, um conceito central na teoria institucional, associado à premissa de que, como pontuam Vieira e Carvalho (2003a, p.12), "as organizações sobrevivem ao compartilharem valores em um determinado espaço social". Embora não ignoremos as críticas de Prates (2000) ao conceito de campos organizacionais, neste artigo o adotamos como referência por entendê-lo como bastante adequado não apenas ao objeto de estudo – a Feira Híppie – como, também, pela sua capacidade de explicação da dinâmica institucional em foco.

Para DiMaggio e Powell (2005, p.76), campo organizacional é constituído por organizações que "em conjunto constituem uma área reconhecida da vida

institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares". A estruturação de um campo organizacional introduz certo caráter conservador (CARVALHO *et al.*, 2004) no ambiente institucional porque leva, a partir de um determinado ponto, a que as organizações daquele campo se assemelhem, resultando no fenômeno conhecido como isomorfismo institucional. Para DiMaggio e Powell (2005, p.76), "além de um certo ponto na estruturação de um campo organizacional, o efeito agregado da mudança individual diminui a diversidade no campo".

A idéia de campo organizacional, se, por um lado implica, homogeneidade (FONSECA, 2003; PRATES, 2000) e um relativo determinismo ambiental (CARVALHO *et al.*, 2004), por outro, permite uma compreensão mais ampla, por exemplo, de porque a competição entre as organizações não se dá apenas no nível econômico, ou porque determinados formatos organizacionais são considerados mais adequados (ou legítimos) para segmentos específicos do mercado. Aqui, deve-se ter em mente a observação de Peci e Vieira (2005), de que, em termos de prática, o que se institucionaliza, "funciona", ainda que este "funcionamento" possa se restringir apenas à manutenção de posições de poder.

As organizações, assim, competem pela posse ou direito de uso de recursos existentes no contexto em que atuam. Quanto maior for a sua capacidade de se posicionarem institucionalmente para lidar com o ambiente a partir de uma posição mais consistente e coesa no campo, maior a probabilidade de sucesso nessa empreitada. As organizações vencedoras, nessa linha de raciocínio, são as que conseguiram legitimar seus elementos organizacionais à luz do campo organizacional em que atuam, o que implicou, a partir de determinado momento, competirem, também, por recursos simbólicos e passaram pelo processo de institucionalização dos aspectos considerados legítimos naquele contexto específico.

A Institucionalização como Processo Explicativo e Legitimador da Realidade

Como visto, a teoria institucional assume que fatores de natureza mais ampla configuram as ações de indivíduos, grupos e organizações em um determinado contexto, de acordo com uma lógica sugerida pelas instituições dominantes naquele campo (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1998; FONSECA, 2003). Neste quadro, como salientam Tolbert e Zucker (1998, p.196), "a institucionalização aparece tanto como processo quanto como variável-atributo". Isto quer dizer, como sustentam Berger e Luckmann (2005, p.80), que se trata, simultaneamente, de uma construção socialmente partilhada pelos membros desse contexto e de um adjetivo para os fenômenos considerados legítimos naquele ambiente, pois "dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social". A institucionalização, assim, relaciona-se "à continuidade histórica das tipificações e, em particular, à transmissão das tipificações aos novos membros que, não tendo conhecimento das suas origens, estão aptos a tratá-las como 'dados sociais'" (TOLBERT; ZUCKER, 1998, p.205).

O que isto quer dizer em termos práticos? Que os distintos atores atuantes em um campo são institucionalizados em seus papéis e ações, tomando-se como referência uma historicidade e uma legitimidade associada aos processos ao longo do tempo. Nessa linha de raciocínio, os fenômenos não são dados, mas construídos à luz de processos de interação os quais definem, com base na capacidade de cada grupo de impor sua visão aos demais, o que é "mais adequado" para aquele contexto. Como salientam Vieira e Carvalho (2003 a, p.13), a institucionalização é um "processo estruturado e ao mesmo tempo estruturante, que não é necessariamente racional e objetivo, mas fruto de interpretações e subjetividades"; racional na medida em que passa a ser útil - de alguma forma e para alguém (PECI; VIEIRA, 2005).

Não podemos conceber instituições como entidades neutras e tampouco lhes associar um caráter maniqueísta – mesmo porque se trata de construções humanas, antes de qualquer outra coisa. Contudo, as múltiplas influências das ações dos atores de um campo organizacional não podem ser desconsideradas como fatores objetivos de manifestação de desigualdades. O resultado da correlação de forças de um campo, portanto, é determinado historicamente, sempre considerando que as regras estabelecidas decorrem da capacidade que uma das partes tem de impor sua lógica sobre a outra. Isso não se dá de forma unilateral e tampouco instantânea, sendo um processo sedimentado ao longo do tempo. Mudanças radicais, nesse sentido, são perigosamente frágeis do ponto de vista da legitimidade porque não possuem parâmetros legitimados de sustentação (a força não é o melhor meio para mudar, como ilustram alguns casos na história).

A institucionalização, dessa forma, é um processo que se desenrola historicamente, sendo sustentado pela legitimidade de seus elementos constituintes. As ações levadas a cabo ao longo do processo refletem, por conseguinte, as ações dos atores no sentido de aumentar (ou manter) seu “poder de fogo”, em um quadro cujas regras estão definidas para os participantes (BERGER; LUCKMANN, 2005). Faz sentido, aqui, introduzir o conceito de isomorfismo, porque não se resume o fenômeno ao ato de assemelhar-se a outras organizações; este fenômeno é reconfigurado a partir de um enquadramento histórico.

DiMaggio e Powell (2005) definem três mecanismos de mudança isomórfica institucional. O primeiro deles, o isomorfismo coercitivo, decorre de influências políticas e do problema da legitimidade, notadamente do Estado; o segundo, o isomorfismo mimético, resulta de respostas organizacionais padronizadas à incerteza, principalmente pela adoção de formatos adotados por organizações consideradas bem sucedidas; por fim, o isomorfismo normativo, consequência da profissionalização – em especial pela influência da educação superior e da cognição produzida por especialistas universitários. Embora separados analiticamente, nas organizações, esses mecanismos não se apresentam puros, sendo possíveis combinações entre eles, conforme o campo específico em que as organizações estiverem situadas.

Embora o isomorfismo e sua legitimidade sejam criticados (DEEHOUSE, 1996), Machado-da-Silva *et al.* (2000) os defendem, sustentando que uma organização, ao atuar sob normas compartilhadas em um campo, “pode conseguir reconhecimento externo e assegurar o seu desenvolvimento, criando melhores oportunidades de expansão por meio da maximização de sua capacidade de obtenção de recursos e de adoção de possíveis inovações”. Assim, manter seu papel legítimo dentro de um campo significa se submeter às suas regras para que não haja afastamento da realidade institucional. É por isso que Tolbert e Zucker (1998) alertam que a sobrevivência das organizações em um campo pode estar mais ligada à observação das estruturas formais legitimadas do que em termos de resultados ou de desempenho. Como decorrência, “a conformação substitui a mudança e a reprodução assume o lugar da transformação. A homogeneidade sobrepõe-se à heterogeneidade, o global ao local, a adaptação à diversidade” (CARVALHO *et al.*, 2004, p.12).

Considerando o alerta de Vieira e Carvalho (2003a, p.11), de que, para sermos capazes de compreender os processos de institucionalização, precisamos ir além da mera observação de processos de isomorfismo, adotamos, aqui, uma perspectiva longitudinal para compreendermos como a Feira Híppie se institucionalizou em um espaço legítimo na cidade de Belo Horizonte, conforme será descrito a seguir, no percurso metodológico.

Percurso Metodológico

Desenvolvemos este trabalho sob a forma de uma pesquisa qualitativa. Visito que tal estratégia contribui para a compreensão em profundidade da realidade como processos socialmente construídos, ela se torna pertinente ao estudo que

pretende retratar como os feirantes, a partir de suas vivências pessoais e sociais, constroem as estratégias de manutenção de seus negócios familiares na Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte. Como métodos empíricos, utilizamos o estudo multi-casos associado ao método biográfico. O primeiro é adequado às características culturais específicas do meio no qual se inserem os sujeitos do estudo, bem como à compreensão da interação destes como um fenômeno social, uma vez que fornece a possibilidade de maior compreensão dos significados por eles expressos, e pela interação destes, (con)formando a construção histórico-social de suas realidades (SARAIVA, 2007). O segundo permite apreender a história de vida de cada sujeito como um estudo de caso em si e, também, por extensão, a história da Feira, que, enquanto evento social, seria fornecida pelo conjunto de histórias de vida dos mais antigos expositores deste evento, podendo-se chegar à rede de relações que orientam esses produtores familiares.

Como método de coleta utilizou-se a entrevista em profundidade, visto que propicia a liberdade do sujeito enquanto produtor do conhecimento. Assim, construímos um roteiro semi-estruturado para entrevistas em profundidade, apenas como apoio para propiciar maior liberdade e flexibilidade no tratamento das questões, à medida que estas se mostrassem relevantes para o estudo como, por exemplo, a história dos atores envolvidos na Feira Hippie. Entrevistamos, no total, 50 expositores escolhidos por meio de amostragem não-probabilística intencional, entre os mais antigos da Feira. Justamente por estarem há um longo período de tempo participando desse evento, esperava-se que eles fossem capazes de expressar, por meio de sua história social, o ambiente organizacional dentro da Feira. Nosso critério de amostragem foi o chamado "bola de neve", ou seja, a idéia de os próprios entrevistados sugerirem possíveis candidatos para a amostra, o que implica flexibilidade (MARRE, 1991), associado à perspectiva de saturação, ou seja, de que a partir de determinado ponto não fosse mais necessário realizar entrevistas pela repetição de temas nos depoimentos.

Para o tratamento e análise dos dados utilizamos a Análise do Discurso para lidar com as histórias de vida coletadas por meio das entrevistas semi-estruturadas. Fez-se uso da técnica de triangulação, adotando o máximo de fontes possíveis para enriquecer e proporcionar maior suporte teórico e empírico à pesquisa. Com vistas a sanar possíveis limitações operacionais e metodológicas, adotou-se a ordenação, a catalogação sistemática dos dados por tipo e ordem cronológica, bem como a supracitada técnica de Análise do Discurso para tratamento das questões, constituindo uma análise longitudinal. Essa técnica é potencialmente útil à história de vida, uma vez que permite re-configurar os discursos (que são explicitados de forma descontínua) numa forma linear e passível de ser interpretada (CORRÊA, 2004). É uma técnica de extrema valia à análise das práticas identitárias e redes de socialização que podem configurar a(s) estratégia(s) adotada(s) pelos expositores, a fim de perpetuar a manutenção de seus negócios familiares na Feira Hippie.

Aqui cabe um último esclarecimento metodológico. Esta pesquisa buscou apenas inferir e configurar (FISCHER *et al.*, 1993) as estratégias de manutenção institucional da Feira Hippie. Utilizamos-nos desses termos à medida que o estudo teve um corte longitudinal – procurou retratar um processo histórico, cujas informações coletadas são do primeiro semestre de 2005 e remontam ao ano de 1968. As informações coletadas são sempre *a posteriori* do acontecido, emergindo de reflexões realizadas pelos atores organizacionais. Tomamos os depoimentos dos entrevistados como fatos, já que temos consciência de que não há uma realidade independente dos indivíduos, mas apenas à medida que é percebida e interpretada, simbolicamente, pelos sujeitos sociais. A memória, nessa linha de raciocínio, não pode ser simplesmente tomada como um dado, já que se apresenta mais propriamente como uma espécie de amálgama de experiências acumuladas durante o período de existência (LYON, 2004). A análise longitudinal baseada nas entrevistas é feita a seguir.

O Processo de Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte

1º período (1969 a 1973): a fundação da Feira Hippie, a Woodstock mineira

A Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte, hoje denominada Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, surgiu em 1969 na Praça da Liberdade. Existem algumas contradições e diferenças de percepções de *como* e *porquê* a Feira surgiu naquele determinado contexto. Isso se deve à escassez de dados materiais, como registros escritos, o que pode ser interpretado como um reflexo da despreocupação com os valores artísticos e culturais da sociedade, bem como da conturbação política e econômica pela qual o país atravessava naquele período. As pressões políticas e sociais pelas quais o país passava eram fruto de todo um contexto histórico de manifestação e contestação à repressão adotada pela Ditadura Militar (GUERRA, 2002).

A criação e a formação da Feira de Arte e Artesanato teria ocorrido a partir da integração entre críticos de arte, artistas plásticos, artesãos e alguns elementos *hippies*. Por esta perspectiva, de enquadramento dos artistas *hippies* na fundação da Feira, percebe-se a atribuição de um caráter mais “popular”, isto é, menos articulado politicamente e, até, eufêmico quanto aos objetivos principais declarados na criação daquela. Isto porque, de acordo com a concepção da época, os *hippies* eram considerados elementos subversivos, desordeiros e alienados em relação aos padrões da cultura dominante. Autores como Albano *et al.* (1984) dizem que apesar da presença de alguns grupos *hippies* em meio aos artistas que expunham suas obras na Praça da Liberdade, a Feira de Arte e Artesanato, como então era conhecida na época, não teve a participação de nenhum membro ou grupo *hippie* na concepção, fundação, nem no desenvolvimento e propulsão da Feira. A afirmação de Caldeira (1998, p. 115) ilustra bem esta concepção: “é interessante ressaltar que logo no início a Feira passa a ser identificada popularmente como ‘Feira Hippie’, denunciando ‘simbolicamente’ uma postura de contestação típica do Movimento Hippie americano”.

Os *hippies* utilizavam a Feira como meio de subsistência. Apesar de sua presença, a Feira Hippie não tinha nenhum elemento propulsor do estilo de vida alternativo. No entanto, o estigma de ser *hippie* trouxe benefícios à questão ideológica e simbólica da relação produção-consumo dentro da Feira. Ainda que no Brasil este movimento, surgido em meados dos anos sessenta, tenha se apresentado mais como um modismo do que como uma postura crítica e existencialista, ele se mostrava como uma resposta à cultura e aos valores dominantes da época, aproximando-se de temas como o comunismo e igualdade (que eram questionados devido a Ditadura). Havia uma significação simbólica em consumir os produtos da Feira, pois estes representavam o questionamento aos padrões impostos pela cultura dominante, como a industrialização da economia, produção de bens de consumo em série e as normas e valores da sociedade que se tornavam “massificados” e “alienantes” (ALBANO *et al.*, 1984).

A Praça da Liberdade é uma importante referência (personagem mobilizado) para os entrevistados quando estes comentam sobre o começo da Feira. Um corredor central ladeado por palmeiras imperiais, este corredor – alameda das Palmeiras – divide a praça em dois espaços diferentes: de um lado (o esquerdo quando se tem o Palácio da Liberdade como referência) há o coreto e duas fontes de água; no lado direito, há mais jardins e apenas uma fonte. O espaço da Feira foi ocupado, inicialmente, pela parte central da praça, mas logo se espalhou por toda ela. Na ocupação do espaço físico da praça se delineiam formas de ocupação dos espaços simbólicos que embasaram a construção de laços de amizades entre os feirantes, pois tinham em comum o fato de serem artistas. Esse espaço se tornou

o melhor lugar da cidade para que os artesões mostrassem suas criações artísticas e, também, um ponto de encontro familiar. Dessa família não era qualquer artesão que fazia parte, apenas aqueles que tinham a produção artística como foco principal – sem a *visão de comércio*. A ausência de visão comercial tem o implícito pressuposto de que era necessária a criação de algo que não tivesse valor comercial, o que está subentendido uma ambigüidade entre criação artística *versus* criar algo para negociar. Há uma idealização da criação como arte.

Para muitos feirantes, nesta primeira fase, a Feira era uma grande família de artesãos, cada um com sua especificidade e seus materiais, mas todos artistas, todos possuidores de criatividade. Havia respeito mútuo pela arte de criar, não sendo a cópia permitida. Ao expor os produtos naquela praça, os feirantes deveriam dar uma identidade às suas criações, algo que as distinguisse das de outros. Como copiar produtos não era permitido, amparado (e legitimado) pelo reconhecimento do grupo, o artesão poderia vir a inibir seu imitador tomando o produto imitado, preservando sua criação e expondo ao público uma questão: seria aquele copiado um artesão, um artista? A exposição da cópia, desta forma, descredenciava o outro frente à *família*. Esta visão de uma família vivendo de arte, de sua produção, era resultado de serem aquelas pessoas verdadeiros artistas, autênticos, e que, por isso, deveriam ser respeitados. Do ponto de vista institucional, nessa fase se observa a pré-formação do campo institucional (VIEIRA; CARVALHO, 2003b), com organizações ainda isoladas umas das outras, embora já houvesse o início de uma identidade compartilhada, que mais tarde sustentaria o campo Feira Hippie.

2º período (1973 a 1983): “Os Anos Dourados” e o início da institucionalização da Feira

Apenas em 1973, a partir dos decretos 2.049 e 2.437, é que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte estabeleceu os primeiros parâmetros para selecionar os expositores, regulamentando a Feira de Arte e Artesanato da cidade. Nesse novo sistema, a Prefeitura passou a cadastrar os novos expositores com rigor, por meio de uma comissão técnica consultiva, o que propiciou a manutenção do caráter artesanal, e de um lento e controlado crescimento da Feira durante toda a década de setenta. A versão difundida e registrada pela Prefeitura, no primeiro Regulamento da Superintendência de Turismo da Prefeitura de Belo Horizonte da Feira de Arte e Artesanato, de 20 de agosto de 1972, considera a mobilização das seguintes personagens: os artistas e críticos de arte, que compuseram um grupo e idealizaram a Feira, e o Prefeito que acatou a “sugestão” deles e resolveu instituí-la em um local tradicional, deixando implícito, de modo pressuposto, que a Praça da Liberdade já era um espaço valorizado antes da criação da Feira. Além da tradicionalidade, os personagens se referem ao espaço, metaforicamente, como “espaço cultural”, “opção de lazer” e “atração turística”, características que são escolhas lexicais atribuídas à Praça para legitimar o uso de seu espaço para a realização da Feira.

Os discursos oficiais ainda relatam que o tema da criação da Feira está ligado, diretamente, à oportunidade de educação, de socialização e de cooperação *familiar*, reforçando a idéia da criação – idéias legitimadas pela elite da cidade. Em documentos oficiais, estão mobilizados: explicitamente, o personagem “povo”, que teria o benefício de poder ser educado e aprender a conviver em família, em sociedade, e ter uma fonte de renda, por meio dos trabalhos manuais; de modo implícito subentendido, os personagens “os expositores das feiras”, que seriam os responsáveis pela educação do povo por meio de seus trabalhos; “os demais membros familiares”, que estabeleceriam relações com o personagem “povo” no âmbito doméstico; e as “demais pessoas da sociedade”, que iriam conviver de maneira saudável com “o povo”. O vocábulo coletivo “povo” é utilizado no sentido de “as pessoas em geral” e, no sentido específico, de indivíduo e de relações que este estabeleceria com os outros grupos sociais – família, sociedade. A expressão

“cooperação familiar” funciona, também, como uma seleção lexical do enunciador, utilizada para se referir, de modo implícito subentendido, à organização produtiva da unidade familiar gerada em torno da exposição e comercialização dos produtos na Feira.

Devido à facilidade da exposição dos produtos, à pouca burocracia e à acessibilidade do local, que por si só já era um ponto de encontro e que com a criação da Feira, passou a ser um forte ponto de agregação cultural da cidade, foi criada uma outra Feira, às quintas-feiras, entre 1975 e 1976, no mesmo local, no horário de fim de tarde e noite. Para os expositores, a Feira de quinta-feira era “de acesso”, em que ficavam os feirantes que estavam ingressando, os não-artesãos e os de “mercadoria de qualidade inferior”. Assim, criava-se uma separação entre os “fundadores”, os primeiros a ingressarem na Feira e os “caras lá que nunca fizeram nada”. Nessa ‘nova’ feira havia certa distinção entre o público e os expositores dos domingos. Às quintas-feiras, por ser um dia de trabalho, o público era menor e de classes mais populares. Além disso, durante a semana, com o movimento dos freqüentadores da Feira, a Praça tornou-se um local propício para prática de caminhadas e encontros de amigos, imprimindo, assim, um caráter mais social do que a Feira de domingo, em que a atividade predominante era ‘vender’ os produtos para o público de maior poder aquisitivo.

Diretamente proporcional ao aumento da freqüência na Feira de domingo estava a expansão do negócio, da venda de artesanato e, portanto, da produção, o que permitiu, segundos os relatos, a muitos feirantes adquirirem bens e imóveis. A Feira se tornava um espaço de venda promissor para os que eram artistas, artesãos, chegando muitos a mudar de vida para se dedicar mais profissionalmente ao que denominavam de *hobby*: a sua produção artística. Note-se o isomorfismo coercitivo presente: a Feira só se tornou um “lugar” (no sentido de AUGÉ, 1994) ao ser instituída por dispositivo legal, o que a enquadrou em um papel no campo específico.

3º período (1983 a 1989): o inchaço e a transformação da Feira Híppie em curral eleitoral

Na terceira fase da Feira Híppie, observa-se um processo acentuado de descaracterização, principalmente devido ao seu crescimento desordenado e, conseqüentemente, pela perda de qualidade dos produtos comercializados. Essa fase teve início, aproximadamente, em 1983, com o relaxamento dos critérios de admissão dos expositores. O número aumentou de 616 expositores da Feira de domingo, em 1983, para 1.317 em 1988, um aumento de mais de 113% em menos de cinco anos. Isso fez com que aumentasse demais o número de consumidores que afluíam à Praça da Liberdade, tanto aos domingos quanto às quintas-feiras, ocasionando poluição, barulho e sujeira, transtornos inaceitáveis para um espaço público localizado em frente à sede do governo mineiro e em uma região nobre da cidade.

Conforme a institucionalização se sedimentava, e a Feira era cada vez mais reconhecida e freqüentada por inúmeros fregueses, mais o poder público interferia (coercitivamente), descaracterizando a sua identidade original, de um espaço para expor e vender artesanato mineiro. De acordo com um depoimento, o crescimento esteve, nessa fase, associado às licenças concedidas do tipo “convite” para expor na Feira. Tais licenças eram concedidas sem que o portador passasse por nenhum tipo de avaliação da comissão de especialistas, diferente do que ocorria no início da Feira, quando as licenças eram quase todas do tipo “credencial”, que implicava aprovação pela comissão técnica-consultiva². Isso proporcionou, segundo a maioria dos entrevistados, entre outras conseqüências, uma vertiginosa perda da qualidade dos produtos que eram expostos, principalmente pelo aumento da interferência dos políticos. A emissão de convites até 1983 estava em torno de 4% dos expositores, tendo atingido a elevada cifra de 72,8% dos expositores, ou

² *Fragmento discursivo (076)*.

seja, 940 dos 1.291 pessoas que expunham na Feira em 1988. Assim, deixa de ser um espaço de arte e artesanato, para se tornar uma espécie de “curral eleitoral”, em que pessoas sem nenhum vínculo, aptidão ou relação com as artes ou com o artesanato, passaram a conseguir espaços, em troca de votos e apoio a determinados políticos. Isso pode ser verificado nas correspondências interinstitucionais, em especial entre a Câmara de Vereadores e a Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Há depoimentos³ que se referem ao tema da mudança da Feira devido à politicagem local que passou a utilizá-la como moeda de troca, mantendo uma clientela de favorecimentos em troca de votos. Para os feirantes, a Feira transformar-se-ia em um “cabide de emprego”, metáfora usada para evidenciar o favorecimento político. Destaque se faz ao trecho em que aparece o questionamento: “Quem não queria ter uma barraquinha ali?”⁴. Nessa frase está implícito, de modo pressuposto, que muita gente de Belo Horizonte queria uma barraca na Feira, e de modo implícito subentendido, que a Feira era um ótimo lugar para se ter um negócio, talvez o melhor de Belo Horizonte, aos domingos. Em outro depoimento⁵, a seleção lexical “apadrinhamento” torna explícito o tema do favorecimento político que ocorreu na Feira.

Sobre o tema do clientelismo político, um dos depoimentos⁶ denuncia o problema, atribuindo a outro personagem, “os políticos”, o predicativo selecionado lexicalmente “estragaram a Feira”, que desencadeia no verbo “estragaram”, por meio do implícito pressuposto, a condição de mudança. Também, no trecho “o problema veio com a política”, o verbo explícito “veio” indica de modo implícito pressuposto que antes não havia problema. Assim, a figura discursiva “Feira” é descaracterizada devido à política; “os políticos” conseguiam dar um “jeitinho” – escolha lexical que representa eufemismo para medidas irregulares, as quais se contrapunham ao regulamento da Feira – em favor do personagem “alguém”, que representa os que tinham interesse em ingressar na Feira e que não necessariamente eram artesãos. O pronome indefinido “alguém” é mobilizado para indicar a banalização das irregularidades e descaracterização da Feira, já que não era necessário ser artesão para conseguir uma barraca.

A influência política é vista como um problema em outro depoimento⁷, em que o tema implícito do crescimento é explicitado pela seleção lexical “desaguadouro” usada metaforicamente para materializar a quantidade de pedidos políticos para que ingressassem pessoas na figura discursiva “Feira”. A seleção lexical “desaguadouro” apresenta de modo implícito subentendido a condição de desnaturação das condições originais da Feira. Isto é confirmado pela segunda seleção lexical, “transformada”, que indica, de modo implícito pressuposto, que antes a Feira não era desaguadouro de pedidos políticos para obtenção de licenças, mas com o tempo foi transformada nisso por alguém, os personagens explícitos, ou seja, “vereadores” e “cabos eleitorais” que fazem pedidos de concessões de licença.

No segundo subconjunto, o da organização espacial, o tema da depredação da Praça da Liberdade esteve relacionado, de diversas formas, a outros temas, como, por exemplo, o da influência política, do subconjunto da influência política, no percurso da institucionalização. Em um depoimento⁸, o personagem “Moacir Carlos Muzzi Machado”, que é qualificado pelo aposto explicativo “Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Belo Horizonte”, produzindo efeito ideológico de maior veracidade em sua fala, especula o fato das depredações da Praça, relacionando-as à possibilidade de mudança da Feira. A seleção lexical do vocábulo “depreciações” indica, de maneira eufêmica, a destruição dos jardins da Praça da Liberdade. A responsabilidade pela depredação das figuras “jardins”, “canteiros”

³ *Fragmentos discursivos (080), (081) e (082).*

⁴ *Fragmento discursivo (081).*

⁵ *Fragmento discursivo (082).*

⁶ *Fragmento discursivo (085).*

⁷ *Fragmento discursivo (094).*

⁸ *Fragmento discursivo (097).*

e “alamedas” é atribuída, diretamente, ao personagem “público”, ou seja, os freqüentadores da Feira, e indiretamente aos personagens “verdadeiros e falsos artesãos”, os que promovem a Feira com a exposição de seus produtos⁹. A metáfora “palco de guerra ecológica” ilustra a degradação ambiental da Praça gerada pelos participantes da Feira e implica, de modo implícito pressuposto, que pelo menos duas partes (ou personagens) estavam em situação de conflito. Ainda no trecho, é mobilizada a personagem discursiva “Prefeitura” que cumpre a função de trabalhar para “recompôr” a Praça. A relação temporal do trabalho da Prefeitura e do tempo gasto pelo “público” para destruir aquele trabalho deixa explícita a condição de degradação.

O discurso oficial desenvolvido pelo poder público e pela mídia jornalística era de depredação da Praça da Liberdade, um dos pontos turísticos de Belo Horizonte. A depredação existiu realmente, uma vez que o espaço era pequeno para uma feira famosa no Brasil inteiro. O número de turistas era grande. A Feira atraía, para a Praça, um grande número de visitantes, trazidos por cerca de 240 ônibus – em torno de 9.600 pessoas. No entanto, em épocas ruins, chegavam apenas 40 ônibus – aproximadamente 1.600 turistas¹⁰. A depredação da Praça foi, então, o mote principal para orquestrar uma troca de local que serviria para reativar o controle da Prefeitura sobre a Feira, pois nesta mudança poder-se-ia reavaliar as credenciais, fazer novas seleções, etc. – um típico movimento de regulação coercitiva do campo.

A transformação do sentido da Feira de cultural para comercial fica explícita a partir da expressão “perdendo mais terreno”¹¹, seleção lexical utilizada pelo enunciador para evidenciar a disputa de um mesmo território/espaço por duas formas distintas e, no caso, excludentes de utilização. As ambivalências entre a utilização cultural e a comercial, conferidas pelo uso do termo “meramente”, que atribui caráter depreciativo a esta forma de utilização do espaço da Feira, deixa implícito, de modo pressuposto, a inferioridade do uso comercial. Além disso, fica implícito, de modo subentendido, a adequação da Feira às exigências econômicas, o que contribui para a mudança de suas características identitárias.

Um depoimento¹² indica uma mudança de função da Feira, ao selecionar o explícito “integrar-se à sociedade de consumo”, atribuído ao personagem mobilizado “belo-horizontino” que freqüenta a praça na qual se realizava a Feira. Também fica explícita a mudança de hábito dos freqüentadores, de passeio grátis ao consumo, o que leva de modo implícito pressuposto de que a Feira mudou sua função. O tema do consumo é colocado como a nova função da Feira, o que leva o enunciador a mobilizar o personagem implícito “gestores municipais”, a quem é atribuída a função de “reestudar” a função da Feira.

4º período (1989 até 1991): o não-lugar da Avenida Afonso Pena

Nesse período, houve interesse por parte da administração municipal em retomar o controle de todas as feiras de Belo Horizonte. O controle daria a chance de se realizar um processo de gerenciamento e organização das feiras devido às dimensões exacerbadas a que esses eventos haviam chegado. Possivelmente, a profusão de problemas decorrentes das feiras, como aqueles apontados durante a terceira fase da Feira da Praça da Liberdade, vinham se intensificando e gerando outros que não relacionados diretamente a essas atividades. A resolução de tais problemas passou a representar custos elevados, o que poderia ser minimizado se fossem adotados, na prática, os mecanismos – regimentos, legislação e fiscalização – já criados para controlar as feiras, por meio da via legal-coercitiva. O poder público, então, arcou com a responsabilidade de controlar as feiras antes que estas

⁹ *Fragmento discursivo (098).*

¹⁰ *Explícito pressuposto no Fragmento discursivo (099).*

¹¹ *Fragmento discursivo (101).*

¹² *Fragmento discursivo (102).*

começassem a prejudicar a vida social do município, ao invés de melhorá-las, o que já parecia estar acontecendo desde a segunda metade dos anos oitenta.

Encarando essa necessidade como prioridade para institucionalizar (coercitivamente) e legitimar a produção e comercialização dos produtos artísticos e artesanais na Praça da Liberdade e em outros espaços públicos, as administrações dos prefeitos Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo promoveram a organização das feiras. Entre os anos de 1989 e 1991 foram expedidas quatro licenças para a feira de flores e plantas naturais, 74 credências para artesãos da Feira da Praça Raul Soares. Também foram concedidas 291 licenças provisórias para exposição na Rua Gonçalves Dias, aos domingos, aos artesãos que haviam ocupado desde 1987 a Avenida João Pinheiro às quintas e aos domingos. Essas licenças foram as únicas concedidas para os arredores da Praça da Liberdade. Nesta propriamente dita, nenhuma licença foi concedida para exposição às quintas ou aos domingos, como acontecia.

Houve um bloqueio institucional – neste caso, coercitivo, mas a partir de um isomorfismo mimético, pois os “artistas” bloquearam o acesso de “comerciantes”, associado a um mimetismo normativo (pela arte que aqueles eram capazes de produzir, e estes, não) – à entrada de novos feirantes, pois a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte visava à reorganização total desses eventos na cidade. Um depoimento¹³ retrata uma pequena imagem do que era Belo Horizonte nessa época: um lugar de feiras. Estas surgiam sem muito controle do poder público, e como resultado da crise econômica dos anos oitenta, que causou altos índices de desemprego e precarização do trabalho.

Tais argumentos expressam condições degradantes que levaram a um processo de *feirização* da cidade, cujos espaços públicos eram vistos como meios de subsistência por parte daqueles que se encontravam em dificuldades financeiras. Chega-se, nesse período, ao auge da dicotomia entre feira como espaço de produção cultural, e Feira como centro de comercialização informal. O referido Programa de Reorganização estabeleceu como diretrizes a recuperação e preservação da Praça da Liberdade (permitindo os usos compatíveis com suas dimensões), a preservação e o desenvolvimento estimulado das feiras, desde que estivesse de acordo com os “parâmetros corretos” – o que originou a padronização generalizada das barracas (isomorfismo estritamente falando). As principais diretrizes estabelecidas pelo programa dispunham sobre saneamento e resgate do caráter artístico e artesanal das feiras, a sua realização em locais aprazíveis, confortáveis e de fácil acesso, a concentração desses eventos, a administração partilhada entre prefeitura, expositores e comunidade em geral, e sobre contribuições financeiras dos expositores para a Prefeitura pela utilização de espaços públicos da cidade. Seguindo essas orientações, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte decidiu realocar os expositores das feiras de quinta-feira e do domingo da Praça da Liberdade, os de domingo da Praça Raul Soares, os portadores de licenças provisórias da Rua Gonçalves Dias e da Praça da Estação, em uma nova feira, situada na Avenida Afonso Pena, entre as ruas da Bahia e Guajajaras. A feira aconteceria aos domingos, das 8 às 14 horas, exceto quando coincidissem com o dia 7 de setembro, dia de desfile das forças armadas, o que ocorria a cada 7 anos.

Em 1991, a Feira de Artes e Artesanato de Belo Horizonte, mais conhecida como Feira Hippie, deixava a Praça da Liberdade e era transferida para a Avenida Afonso Pena, onde seria rebatizada de Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades. A mudança não era só física, mas muito mais simbólica. Perdiam-se as raízes historicamente construídas pelas pessoas da cidade, tanto feirantes como fregueses. Para Carneiro (1993) e Guerra (2002), os espaços produzidos pelo poder público (Estado, secretárias etc.), ou pela indústria do turismo, se apresentavam em sua maioria vazios de vínculos sociais, identitários e, talvez o mais importante, sem vínculo de memória entre as pessoas e o lugar, sendo, portanto, não-lugares (AUGÉ, 1994). Ao deixarem a Praça de Liberdade, os feirantes credenciados

¹³ *Fragmento discursivo (130)*.

viram suas relações históricas com aquele lugar e com aquele grupo de atores iniciais – eles e seus fregueses – se desfazerem. Na transformação dos espaços turísticos em não-lugares, podendo-se mesmo dizer em cenários e espetáculos, é que esses espaços podem ser planejados, gerenciados e dirigidos. Nesse sentido, Augè (1994, p.73) afirma: “se um lugar não pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar”.

5º período (1991 a 2005): um enorme camelódromo a céu aberto

No período seguinte à reorganização das feiras, houve uma revisão dos regulamentos anteriores, a fim de adequá-los à nova realidade. Então, em 27 de outubro de 1993, o Prefeito Patrus Ananias assinou o Decreto nº 7.727, o qual dispunha um anexo ao Regulamento Geral das Feiras de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades, Atelier Aberto, de Antiguidades, de Comidas e Bebidas Típicas, de Flores e Plantas Naturais, e demais eventos afins da Região Administrativa Centro-Sul de Belo Horizonte. Tal decreto, também, revogava as disposições em contrário, em especial do artigo 20 do Decreto nº 6.762, de 31 de janeiro de 1991. A principal contribuição do decreto de 1993 foi estabelecer uma gestão participativa por meio do sistema de Comissão Paritária – o que deu voz oficialmente aos membros da feira pela primeira vez e o que pode ser encarado como uma iniciativa normativa, calcada na experiência acumulada destes. A Comissão deveria ser formada por 12 membros, sendo seis representantes da Administração Municipal e seis representantes das feiras, um de cada ramo diferente (um de arte, um de artesanato, um de variedades, um de flores e plantas naturais, um de antiguidades, um de comidas e bebidas típicas) para administrarem as feiras de Belo Horizonte. Quanto às definições de arte, artesanato e variedades, o novo decreto não foi tão objetivo quanto o Programa de Reorganização das feiras de 1991. No decreto de 1993 havia pouca distinção entre o conceito de arte e artesanato e grande dubiedade sobre variedades, já que estas podem ser quaisquer produtos, desde que respeitados os fatores de escala e produção, delimitados pela definição de oficina.

Seguiu-se, então, uma tendência de manutenção da estabilidade e, às vezes, um baixo crescimento no número de expositores, sob o aparente controle da Secretaria Administrativa da Regional Centro-Sul. No entanto, as reportagens dos principais jornais de maior circulação na cidade e no Estado de Minas Gerais, ao longo da década de noventa, retrataram os mesmos problemas da década anterior, só que em maior escala, uma vez que a feira passou a abrigar mais de 3.000 expositores. Os meios de comunicação prestaram importante papel de divulgação, promoção e denúncia de distorções ocorridas na Feira desde o seu início. Mais profundamente que na década anterior, as feiras tiveram grande destaque e forte presença nos meios de comunicação locais, seja pela tão falada era da informação, seja pela própria relevância econômica dessa organização para a cidade.

Os depoimentos sobre essa fase tratam da mudança de características da feira que compunham sua função original, ou seja, de um lugar para um não-lugar, e de um espaço cultural para um espaço comercial, metonimicamente explicitada pelas “peças em série” que passam a substituir o “artesanato mineiro, de qualidade”. Em um depoimento¹⁴, é mobilizada explicitamente a personagem Yara Tupinambá, uma artista plástica mineira, que critica as atuais características da figura discursiva “Feira”, onde predomina a produção em série sem criatividade, e implícita, as pessoas que fabricam o artesanato em série para vender. A metáfora (camelódromo) foi muito usada pelos feirantes para mostrar que a feira mudou, e nessa mudança ela estaria cada vez mais se transformando explicitamente em um mercado, um lugar de compras para sacoleiras. Há na transformação uma perda,

¹⁴ *Fragmento discursivo (141)*.

ou melhor, uma mágoa, como está implícito subentendido na seleção lexical do vocábulo "putaria". Este vocábulo também complementa a idéia implícita do depoimento¹⁵ "Entra no Shopping Oiapoque para você ver como é que está lá. Não dá. Você chega lá e acha um DVD por 50 [reais]". Em outras palavras, a Feira estaria se transformando em um mercado como o Shopping Oiapoque, um lugar em que se situam os camelôs de Belo Horizonte e vendem-se artigos baratos, sem garantia de qualidade e de variadas procedências, como o Paraguai¹⁶. Um lugar que aparenta ser uma grande confusão, podendo o visitante se perder. Em termos analíticos, é interessante notar que mesmo os feirantes sendo contrários ao processo, a ordem institucional é mantida, sendo as divergências restritos ao campo organizacional da Feira.

As idéias explícitas e implícitas de alguns depoimentos¹⁷ se entrecruzam com outros¹⁸ que abordam temas como os que apontam a mudança dos fregueses pela nova localização da Feira. Nesses fragmentos se opõem as seleções lexicais: elite e povo. A idéia implícita pressuposta é que a personagem "elite" se afastou com o fluxo do número cada vez maior de pessoas, denominadas aqui de "populares" ou "nível mais baixo de gente" ou "classe pobre". A seleção lexical evidencia de modo implícito pressuposto que para o enunciador a elite é educada, tem um gosto refinado e dinheiro, o que condiz com o nível da Feira de outrora, da Praça da Liberdade. Na popularização da Feira, como explícito em alguns trechos de entrevistas¹⁹, a qualidade dos produtos diminuiu por que os atuais fregueses não têm poder aquisitivo para comprar arte e artesanato. Destaca-se a idéia elaborada²⁰ de que pela influência do novo espaço, na Avenida Afonso Pena em frente ao Parque Municipal, houve a popularização da Feira.

A perspectiva analítica longitudinal adotada na análise demonstra como a institucionalização se ancora, de forma localizada temporalmente, em distintos parâmetros. Embora não haja distinções puras em termos de mecanismos de mudança isomórfica, percebe-se uma interface geral de isomorfismo na Feira ao longo de sua história, notadamente do isomorfismo coercitivo, o que é compreensível considerando os argumentos de Machado-da-Silva e Gonçalves (1998) sobre as particularidades brasileiras.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi o de analisar o processo de institucionalização da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades, popularmente conhecida como Feira Hippie de Belo Horizonte. Várias são as considerações que podem ser realizadas na finalização deste estudo, algumas das quais relacionadas ao corpo teórico desenvolvido neste trabalho, no qual a Feira Hippie, entendida como uma organização, foi institucionalizada ao longo dos seus quase quarenta anos de história.

Ao longo da discussão sobre o surgimento e a evolução da Feira Hippie, batizada oficialmente de Feira de Arte e Artesanato, e depois renomeada de Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades, pode-se compreender toda a dinâmica e a complexidade de lidar com a temática institucional nos estudos organizacionais, além de tratá-la como mero *wallpaper* (VIEIRA; CARVALHO, 2003b). A Feira é a soma do movimento da economia familiar e da industrial, o que se reflete na sobreposição dos percursos semânticos analisados, sob o qual se constrói a identidade e a gestão da própria Feira. Há uma dinâmica especial nesta organização, a qual proporciona a possibilidade de encontro e convivência, num mesmo espaço de identidades, estratégias e formas de gestão diferenciadas. Isso

¹⁵ *Fragmente discursivo (143).*

¹⁶ *Fragmente discursivo (145).*

¹⁷ *Fragmentos discursivos (142) e (143).*

¹⁸ *Fragmentos discursivos (144), (145), (146) e (147).*

¹⁹ *Fragmentos discursivos (145) e (146).*

²⁰ *Fragmento discursivo (145).*

se deve, basicamente, ao caráter de alternativa e informalidade social e econômica que a Feira possui desde a sua criação. Essas características estão vinculadas, sobretudo, à forma como a Feira se institucionalizou desde o seu surgimento e como se dispõe atualmente, ou seja, a maneira como ela é organizada, e por quem ela é organizada, isto é, os atores que atuam neste espaço.

Nesse sentido, o primeiro foco institucional se refere aos produtos artesanais expostos na Feira somados a um grupo maior de feirantes denominados *hippies*, que criou a alcunha de Feira Hippie. Naquele momento, Feirantes e Feira se confundiam em um espaço denominado Praça da Liberdade, sendo a Feira uma grande família de pessoas ligadas à arte, onde todos se conheciam. Esse grupo social, 'fundador' da Feira, lhe imprime uma identidade institucional e, como já dito, não um codinome. A despeito desse elo formado por um conjunto de atores sociais com um propósito comum e mediado por (e em) um determinado espaço físico é atribuído à Feira, por parte do poder público, um outro nome, um nome oficial. Nessa tentativa de se nomear a organização, inicia-se um processo de institucionalização que se caracterizaria tanto pela regulamentação, formalização, estabelecimento de normas e condutas de como agir, como organizar o espaço na Praça da Liberdade, quanto pela forma de imprimir uma seleção de quem era ou não artesão. Tal condição era essencial para entrar no espaço, com reflexos em termos de legitimidade institucional que a Feira passou a ter perante os diversos atores da cidade de Belo Horizonte.

A Feira, no entanto, aos poucos, acaba por servir de espaço de negociação entre os políticos e seus eleitores. Ao se servir a este préstimo, passa a ser mediadora de outros "valores" não estritamente ligados aos da sua origem, aqueles valores considerados artísticos e artesanais que orientaram os princípios de configuração e formação da identidade inicial da Feira. Ocorre uma desfiguração da Feira Hippie, pois agora não há somente artesãos, há também comerciantes, atravessadores etc. O seu crescimento e mudança de espaço na cidade levaram à mudança de nome, pois agora ela não é só de arte e de artesanato, mas também de produtores de variedades, categoria esta que, pela ausência de definição mais clara (ou pela sua própria amplitude), dá margem ao ingresso de todo tipo de produtos e de produtores – ou seja, agora "cabe tudo na Feira". O grupo artesão acaba por tornar-se uma minoria e, com isto, os produtos comerciais, industrializados e da moda tornam-se maioria. A identidade institucional da Feira se fragmenta nessa mudança de espaço, mas aos poucos se rearranja, e agora a Feira de Variedades se torna o seu principal elemento identificador, e o principal objeto dos atores sociais que compunham esse grupo passa a ser o ganho econômico.

Os feirantes iniciais, os primeiros sujeitos da pesquisa, viveram grandes ambigüidades, tais como: ser feirante de artesanato ou de produtos industriais? Ser feirante ou pequeno industrial? Ser produtor familiar ou empregador de pessoas? Produzir para sacoleiras (mercado interno) ou exportar? Ambigüidades que foram apreendidas como o resultado de um processo histórico e institucional repleto de contradições advindas da expressão de significações intersubjetivas por parte dos vários atores organizacionais que compõem a Feira. É este movimento que se encontra na Feira de hoje, ocasionado pela sua mudança para a Avenida Afonso Pena e sua popularização, com o afastamento da elite (enquanto consumidores de produtos mais caros e diferenciados) e aumento do número de feirantes. Essa mudança reconfigurou os espaços de ação dos feirantes fundadores. Agora, há uma minoria de produtores artesãos diluídos em uma maioria de atravessadores e comerciantes de produtos industriais. Nessa mudança de identidade, na qual agora prevalece não mais um caráter familiar, mas econômico, a família e a gestão familiar ainda persistem.

A legitimidade de organizações não ortodoxas como esta pode se submeter a critérios ortodoxos, como a legislação, à medida que os atores não delimitam seu território claramente, o que dá margem a que trabalhos com foco simbólico possam ser desenvolvidos para analisar como os indivíduos se posicionam dentro dos campos institucionalizados. Esse processo demonstra que a institucionalização

é, acima de tudo, um processo determinado pela interação dos diversos atores do campo ao longo do tempo. Por influência do Estado (isomorfismo coercitivo), pela capacidade política (e artística) dos artesãos em impedir o ingresso de comerciantes (isomorfismo normativo), ou pela padronização de procedimentos de ação entre os artistas (isomorfismo mimético), o caso da Feira Hippie ilustra a institucionalização em um quadro histórico, em que acontece um embate, há quase quarenta anos, em busca da manutenção da legitimidade.

Referências

- ALBANO, C.; LEMOS, C.B.; WERNECK, N.D.; MENICUCCI, T.G. A Cidade na Praça: poder, memória, liberdade. *Reunião do GT Estudos Urbanos: Representações e Políticas Públicas*. Águas de São Pedro, 24-26 out. 1984.
- AUGÈ, M. *Não-lugares*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 25.ed. Petrópolis, Vozes, 2005.
- CALDEIRA, J. M. *Praça: território de sociabilidade, uma leitura sobre o processo de restauração da praça da Liberdade em Belo Horizonte (MG)*. 1998. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.27, nº1, p.5-28, 1984.
- CARRIERI, A. P. *O fim do "Mundo Telemig": a transformação das significações culturais em uma empresa de telecomunicações*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- CARVALHO, C. A.; GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXVIII, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.
- CORRÊA, A. M. *O assédio moral na trajetória de mulheres gerentes*. Projeto de Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.
- DEEPHOUSE, D. L. Does isomorphism legitimate? *Academy of Management Journal*, Briarcliff Manor, v.39, n.4, p. 1024-1039, Aug. 1996.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.45, n.2, p.74-89, abr./jun. 2005.
- FACHIN, R. C.; MENDONÇA, J. R. C. Selznick: uma visão da vida e da obra do precursor da perspectiva institucional na teoria organizacional. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- FISCHER, T.; FRANÇA, G.; SANTANA, M. Em nome de Deus, uma ordem na pólis: o Mosteiro de São Bento. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v.1, p.7-26, 1993.
- FONSECA, V. S. Abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GUERRA, L. C. O. *Imagens de um território urbano: a Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

JARZABKOWSKI, P. Strategic practices: an activity theory perspective on continuity and change. *Journal of Management Studies*, Oxford, v.40, i.1, p.23-55, 2003.

LYON, E. S. The use of biographical material in intellectual history: writing about Alva and Gunnar Myrdal's contribution to sociology. *International Journal of Social Research Methodology*, London, v.7, n.4, p.323-343, Oct. 2004.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Cognição e institucionalização da mudança em organizações. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). *Estudos Organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas*. São Paulo: Iglu, 2000.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: A teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo, Atlas, 1998. v. 1.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.89-141, jan./jul. 1991.

PECI, A.; VIEIRA, M. M. F. Discursos e a construção do real: um estudo do processo de formação e institucionalização do campo da biotecnologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXIX, 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.

PRATES, A. A. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Org.). *Estudos Organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas*. São Paulo: Iglu, 2000.

REED, M. Teorização organizacional: um terreno historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo, Atlas, 1998. v. 1.

SARAIVA, L. A. S. Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. *Gestão. Org*, Recife, v.5, n.2, p.118-134, maio/ago. 2007.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo, Atlas, 1998. v. 1.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Sobre organizações, instituições e poder. In: *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003a.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Campos organizacionais: de Wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXVIII, Atibaia. *Anais...* Atibaia: ANPAD, 2003b.